
Sobre *Enfermidades da língua* (1759) de Manuel José de Paiva*

Telmo Verdelho

Universidade de Aveiro

1. Nos anos de 1759 e 1760 viveram-se em Portugal momentos de grande violência e até de crueldade no exercício do poder, de grandes rupturas, e, certamente, de uma grande dramatização da vida pública. É uma data histórica também para a língua portuguesa porque, com a expulsão dos Jesuítas, se aniquila a parte mais importante do suporte institucional do ensino, especialmente do ensino pré-universitário. Proibiram-se os manuais escolares que apoiavam a formação linguística, extinguíram-se os colégios e os postos de ensino mantidos pelos jesuítas, expulsaram-se e reprimiram-se muitos mestres e agentes culturais que se desempenhavam honestamente, e fechou-se a Universidade de Évora.

Não será possível avaliar as consequências nefastas e os danos que eventualmente este rompimento poderá ter causado na cultura portuguesa. Como diz o poeta, a história do que poderia ter sido ninguém a pode contar. Em todo o caso, mesmo aceitando que nas contas finais houve algum prejuízo, esta conjuntura suscitou grandes transformações e algumas decisivas e definitivas mudanças na política da língua, da sua escolarização e, finalmente, do seu percurso histórico.

Uma das consequências mais importantes ressentiu-se sobretudo na dimensão do actual espaço lusófono e na unidade linguística do Brasil, que não pode deixar de se relacionar com a política planificadora do Marquês de Pombal.

O estudo da língua portuguesa foi também objecto da reforma pombalina, decretou-se a escolarização da gramática e criou-se uma rede embrionária e centralizada de ensino público¹.

* No Mestrado de Estudos Portugueses leccionado em 1999/2000, no Departamento de Línguas da Universidade de Aveiro, propus ao então Mestrando Mário Martins Pereira a elaboração de uma tese sobre este tema, e comecei a escrever este texto, como uma breve nota, para lhe servir de orientação. Entretanto o Mestre Mário Martins Pereira apresentou, ainda no ano 2000, o seu trabalho que foi muito positivamente apreciado, com o título *Infermidades da língua*, de Manuel José de Paiva: estudo e edição. Escorço bio-bibliográfico do autor, análise de alguns aspectos da obra, edição actualizada e facsímile da 1ª edição.

Agradeço ao Mestre Mário Pereira alguns dados da sua diligente investigação que foram úteis para este trabalho.

¹ Cf. Verdelho (1982: 347-380).

Na sequência destas transformações, embora não seja necessário estabelecer uma relação de causalidade, verifica-se um significativo incremento da reflexão metalinguística sobre o português, discute-se a norma linguística, institui-se a Academia das Ciências (1779) e alarga-se a produção linguisticográfica.

O livrinho *Infermidades da Lingua e arte que a ensina a emmudecer para melhorar*, publicado por Manuel José de Paiva (de que se conhecem exemplares com datas diferentes, de 1759 ou de 1760, correspondentes, todavia, a uma única edição), integra-se com uma certa originalidade neste discurso metalinguístico. É uma obra rara, quase única, entre o espólio bibliográfico português, pelo menos no que respeita a obras publicadas. É possível que tenham sido escritos outros textos do mesmo teor, mas não passaram a barreira do prelo e terão sido vítimas das injúrias do tempo ou da ignorância dos homens, ou, quem sabe, poderão conservar-se ainda dormentes na inocência mal amparada dos nossos arquivos. Como quer que seja, a língua portuguesa tem neste campo uma tradição modesta, quando comparada com as outras grandes línguas europeias, que produziram abundante literatura metalinguística. Modesta tem continuado a ser também a nossa capacidade para integrar essas obras na memória activa e na reflexão dinâmica sobre a língua. Por esta razão me parece oportuno relembra-la e propor a sua releitura.

A obra de Manuel José de Paiva oferece-se à leitura, antes de mais nada, como um texto literário, elaborado com grande investimento de arte, de recursos linguísticos e de presunção literária. É uma obra caracterizadamente barroca em que se intertextualiza a abundância retórica da oratória sacra, com especial destaque para a memória do P. António Vieira.

Por outro lado, correspondendo à indicação do próprio título, o texto *Infermidades da Lingua* propõe uma reflexão sobre a norma linguística e sobre a moralidade da língua, ou, melhor dito, sobre a língua como um comportamento susceptível de aferição moral. Estas duas vertentes, embora o autor as não tenha explicitado no plano do discurso, distinguem-se, de maneira muito óbvia, na estruturação do texto.

A obra apresenta uma elaborada alegoria em que a língua assume a configuração de uma dolorida enferma que recebe um médico dedicado, sábio e bom entendedor que, numa série de oito visitas, a observa e lhe prescreve um adequado receituário. O texto divide-se assim, em oito sub-unidades, como se foram capítulos, correspondentes a cada uma das visitas. A doutrinação moral e a transgressão (a mentira, a verborreia, a murmuração, a detracção, a crítica injusta, etc.) ocupam a maior parte das visitas e correspondem a uma espécie de moralidade da língua. Diferente desta é o pronunciamento normativo que se encontra na visita sétima: nela o autor recolhe e ordena, pelas letras do alfabeto, um longo “corpus” lexical constituído por palavras e frases “impróprias”, “indecentes” ou “indiscretas”,

acrescentando a recomendação de que o seu uso deve ser evitado. O discurso moralista parece ser predominante sobre o discurso normativo, mas o trabalho lexicográfico, consubstanciado no elenco recolhido de formas e frases a evitar, é tão quantioso que bem se pode equiparar às numerosas páginas da reflexão moral.

2. Manuel José de Paiva nasceu em Lisboa, em 1706, formou-se em Direito, em Coimbra, e exerceu durante algum tempo a magistratura nas vilas de Odemira e de Avis, e depois a advocacia em Lisboa.

Segundo a informação bibliográfica fornecida por Inocêncio (t. VI, 30 e t. XVI, 244), escreveu, além das *Infermidades*, vários textos teatrais, comédias joco-sérias, obras moralistas, entre elas uma com o título: *Governo do mundo em secco, palavras embrulhadas em papeis ou escritorio da razão, exposto no progresso de hum dialogo, em que são interlocutores hum letrado, o seu escrevente e as mais pessoas que se propuzerem*²; publicou ainda, no domínio linguístico, um *Antidoto Grammatical, Balsamo Prservativo da corrupção da lingua latina, ou Curioso descobrimento dos principaes erros, barbaridades e incoherencias do novo Methodo para aprender a dita Lingua, Offerecido a seu mesmo Autor por Silverio Silvestre Silveira da Silva, Mestre de Ler; Escrever, Arithmetica, e Grammatica no Lugar de Carnexide, etc.* En Valencia, en la imprenta de Antonio Balle Anno 1750. Con las licencias necessarias. Trata-se de um texto que deve ser incluído entre as agrestes polémicas suscitadas ao longo do século XVIII, sobre as gramáticas latinas. Manuel José de Paiva critica com aspereza o *Novo Methodo para se aprender Grammatica Latina, ordenado para uso das escolas da Congregação do Oratorio na casa de N. S. das Necessidades*, começado a publicar em 1746 pelo Pe. Manuel Monteiro, um prolífico oratoriano que precedeu o P. António Pereira de Figueiredo (este retoma quase o mesmo título em 1752) na renovação da Gramática de Manuel Álvares.

Do conjunto da sua obra parece poder delinear-se, a respeito de Manuel José de Paiva, um perfil de homem de letras moralista, amigo da tradição, com ideias generosas como a contestação da pena de morte, justamente quando ela era executada com requintes de escarmento público. As suas reflexões repercutem, de modo geral, o discurso do desengano e a literatura do apelo moral³. Manifesta-se

² Não pudemos ver ainda esta obra datada de 1748 e 1751, mas, pela transcrição da portada do tomo II que se lê no *Dicionário bibliográfico* ficamos a saber que ela foi oferecida ao ilustríssimo e excelentíssimo Senhor D. José Mascarenhas e Lencastre, então Marquês de Gouveia e Conde de Santa Cruz, e depois Duque de Aveiro, cruelmente executado em 1759, como principal responsável no processo da conjura contra o Rei D. José I. A escolha de Manuel José de Paiva revelou-se pouco acertada, quanto à recomendação política do seu protector.

³ As formas “engano” e “enganar”, “desengano” e “desenganar” ocorrem com elevada frequência ao longo do texto e são mesmo objecto de artifícios retóricos.

como um cavaleiro sozinho, sem nem sequer um Sancho Pança que o acompanhe e o distinga como herói e lhe conceda o estatuto de mestre. Ligado à ordem antiga, era já velho quando surgiu Pombal, não teria ânimo para assumir a renovação do pensamento e da arte literária que então se operava.

Adopta um criptónimo singular –Silvério Silvestre Silveira da Silva–, que poderá ser entendido como uma alusão caricatural e crítica aos nomes poéticos dos árcades, os eruditos pastores do Monte Ménalo. Pela sua parte prefere a “imitação dos antigos poetas”. Na contemplação dos tempos, observa: “por certo que agora tem escola a poesia”, mas vai prevenindo que: “O certo he, que, quando estava fexada esta escola da Poesia, florecerão os melhores Poetas do mundo” (p. 87). Critica a doutrina poética da Arcádia porque se aplica demasiado “a evitar o que he superfluo” (p. 84), como decorre do lema “Inutilia trunat”. Defende a “graça”, a “subtileza”, e as “figuras” que “exornão a composição”: “Deixem guarnecer os pratos que não perdem por guarnecidos, antes a variedade excita mais o apetite de se comerem” (p. 83).

As *Infermidades*, sob o ponto de vista literário, são um exemplo excelente da literatura barroca, da literatura que termina o seu percurso durante o governo do Marquês de Pombal e que é substituída pelo Neo-classicismo, pela Arcádia (agremiação a que Manuel José de Paiva não pertenceu por incompatibilidade do seu credo poético e talvez, por falta de afinidade política). Em todo o caso trata-se de um texto dotado de uma certa legibilidade, quer no respeitante à textura lexical, quer ainda na engenharia retórica em que predomina a acumulação, a enumeração e a simetria, tudo numa construção linear, com sóbrios encadeamentos, que se vão distanciando dos hipérbatos e dos artifícios da sintaxe latina.

Oferece momentos de leitura agradável, com uma intertextualidade em que se repercute toda a enciclopédia da época, e muitos símiles de sabor antigo como o da comparação da língua com a espada:

Procedem os homens com a língua, como os loucos com a espada, só porque lhes entrou no animo a presunção de valentes; em qualquer pendencia que vejam a desembainhão, e por mais que levem na cabeça, a cada passo, não se lhes tira [98] da cabeça a parvoice⁴.

Mas é sobretudo a riqueza do vocabulário e um especioso investimento retórico que fazem das *Infermidades* um texto merecedor de ser revisitado. Apresenta séries

⁴ A comparação da língua com a espada é provérbio geral nas línguas europeias “Más hiere mala palabra que espada afilada”; “Ne uccide più la lingua che la spada”. Tinha no latim medieval formulações várias “Multo quam ferrum lingua atrocior ferit”, “Lingua dolis instructa mucrone nocentior ipsa”, “Multo cum ense calamus parentatur”.

abundantes de sequências sinonímicas ou parassinonímicas e antonímicas, como se pode observar por este exemplo:

O peccado foi cauza da desigualdade dos que nasceraõ para irmãos, e se procreáraõ servos, e senhores, grandes e pequenos, pobres e ricos, humildes e soberbos; de sorte que os humildes, os pobres os pequenos, e os servos ainda ficaraõ conservando o intuito da creação em sua efficacia; porque trabalhaõ, porque vigiaõ; e porque da natureza de seus ministerios, merecem o premio de seus serviços; mas o soberbo, o rico, o grande, e o senhor saõ os que sahem fóra deste sistema devino (p. 53).

Na mesma sequência textual surgem outras antíteses e séries de adjectivos:

- os humildes, os pobres, os pequenos, os servos
- o soberbo, o rico, o grande, o senhor” (p. 53);
- rico .. gentil .. claro .. benigno .. sábio .. valente .. justiceiro .. engenhoso .. soberano e respeitado .. austero .. altivo .. verdadeiro (pp. 54-55).

A moralidade social é explorada de modo grandiloquente em largos discursos antitéticos:

[...] os sujeitos se levantam contra os poderozos; os soberbos opprimem aos humildes; os ricos não favoressesem aos pobres; os tiranos atormentão aos innocentes; os disolutos atropelão aos timoratos; os injustos favoressesem aos dilinguentes, e os ambiciosos vendem aos benemeritos (p. 37).

Cultiva a acumulação e as enumerações, num evidente reminiscência da oratória do P. António Vieira:

Tão rico he, que nada se lhe póde mostrar que elle não tenha:
Tão gentil, [55] que ás mais formozas damas faz cara, e dá de rosto:
tão claro, que a mesma luz do Sol quando com elle se encontra retrocede:
tão benigno que a ninguem já mais soube negar o que se lhe chegou a pedir:
tão sabio que a todas as materias que se lhe propoem responde conformemente:
tão valente que nunca soube voltar as costas, e contra hum exercito ha de peleijar, cara a cara:
tão justiceiro que ninguem o offendeo que se não ferisse:
tão engenhozo, que, por ser dádo á pintura, nenhum insigne, nos retratos, o soube imitar até agora:
tão soberano e respeitado que, no mais alto lugar da melhor fala, se coloca; aonde pelos mais limpos palacianos se venera, e se communica, recebendo todos delle as ordens mais opportunas á apeteçida reforma que com toda a deligencia, por sua direcção, se cumpre:

taõ ãustero que reprehende aos Monarcas de seus deffeitos; e, com energia tanta que he instantanea a emenda:

taõ altivo que, até argue as pessoas da vida mais apurada, para que se purifiquem de algumas manchas que lhe descobre, e nenhum lhe replica; porque he

taõ verdadeiro que não há no mundo quem falle mais verdade (pp. 54-55).

Reúne copiosamente epítetos canónicos que poderiam ter sido muito úteis para a composição do dicionário poético de Cândido Lusitano (Francisco José Freire -1765), mas, pelo que podemos confrontar, o árcade não deve ter aproveitado essa fonte. Apresentam-se alguns exemplos:

“innocentes preseguidos”, “soberbos temerarios”, “ladroens infestadores”, “tiranos crueis”, “poderozos disolutos”, “humildes assolados” (p. 37);

ignorância temerária”, “cobiça enganadora”, “achaque/s: terrível-, mortal, inveterado-, contagioso, pestífero”, “conceitos altos, sentenças judiciosas, argumentos fortes, silogismos eficazes”; “aquellas idéas nobres, discriçoens relevantes, aquelles lances prespicazes, aquelles conceitos subtis, aquelas subtilezas graciosas, aquellas exposisoens scientificas, aquellas sentenças uteis, aquellas relaçoens discretas, e aquellas elegancias proseguidas” (p. 82).

Ainda no âmbito do vocabulário, devem notar-se os abundantes latinismos que ocorrem neste texto. Alguns latinismos ainda hoje não estão dicionarizados em português, como “conflado” (p. 91), ou o verbo “opitular” (p. 64), do latim *OPITULOR* (‘socorrer’ ‘ajudar’). Alguns destes latinismos correspondem a uma recuperação do valor semântico etimológico e, por vezes, soam-nos como se foram formas arcaicas; é o caso das formas “perceber”, “perplexo”, “extravagante”, “distrair”: “Tanto zelava a língua para que nunca distraísse as palavras do que eram louvores” (p. 11).

Encontram-se também muitas formas que dão testemunho de uma forte evolução semântica como “administrar”, “civildade”, “examinar”, “político” e “política”, “rebuçado”, “sujeito”.

O autor teve a intenção de estudar o vocabulário do português e de fazer recolhas lexicais, como se pode observar pelo elenco de palavras e frases da *Visita Sétima*, e por isso todo o estilo do texto é marcado por esta competência estudiosamente valorizada.

A *Visita Sexta*, dedicada à “Crítica” contém a parte mais interessante da reflexão literária e metaliterária de toda a obra e bem pode ser lembrada pelos estudiosos da história da Literatura.

3. A componente metalinguística das *Infermidades da Lingua e arte que a ensina a emmudecer para melhorar* é certamente mais motivadora e informativa do que a perspectiva literária.

Oferece-nos, em primeiro lugar uma esquematização da moralidade linguística. Toma como artifício expositivo uma prolongada alegoria da doença e da medicina em que se reflectem as enfermidades da língua. A partir deste apólogo, procede à tipificação dos vários comportamentos susceptíveis de censura.

Na *Primeira visita*, o médico observa “esfalfamento”, “o muito falar”, o falar sem sentido e sem utilidade. É bom lembrar que em boa moral, o uso da palavra só se justifica para louvar a Deus e para fazer o bem, ou para louvar a Deus fazendo e falando bem. “Tão perigoso he o fallar nos homens, quando huns com os outro fallaõ” (p. 9). O falar ocioso é uma doença. Manuel José de Paiva não usa o termo clássico “vanilóquio” nem o moderno “psitacismo”, mas estes correspondem bem à enfermidade que se descreve e se procura remediar nesta primeira consulta médica, em que, evidentemente, o único remédio possível é o silêncio.

Na *Segunda visita*, a doença são as palavras soberbas, soltas ou dissolutas. O médico analisa a soberba, a presunção, a incapacidade de diálogo, e integra nesta visita uma referência à Torre de Babel, símil da incomunicabilidade, e expressão do desprezo pela ordem natural e pela racionalidade. “Como he possível que no intendmento humano dos que fabricáraõ a torre de Babilonia entrasse o possível effeito desta fabrica sem a certeza de ser impraticavel?”. A soberba é uma doença mais do ânimo do que da língua ou das palavras.

A sequência argumentativa desenvolve-se a partir de um dito prudencial com sabor poético:

Como he possível que no intendmento humano dos que fabricáraõ a torre de Babilonia entrasse o possível effeito desta fabrica sem a certeza de ser impraticavel? Attribute-se a loucura, e não a peccado a diligencia que hum homem faz por furtar huma estrella, assim como hum Monarca se não offende de que hum pastor lhe pessa, para mulher, huma filha. Assim parece que Deos se não offenderia da soberba; porque tantas mostras dá de proceder das faltas do juizo, se não consistira a sua malicia na temeraria apreheñaõ. Mas por isso he maior peccado; porque nos outros, o intendmento procede cego, e fraco, neste entra resolutosó por presumido: nos outros guiasse pelo bem aparente que pôde obterse; neste governa-se pelo bem imaginado que não pôde conseguir nos outros peccados, he preciso ver hum homem o que faz para que seja peccado, se for mal feito; no da soberba basta que diga que vê, ainda que esteja cego [25] para que o que assim fizer seja peccado.. No capitulo nono de S.João diz Christo aos farizeos estas palavras: Si caeci essetis non haberetis paecatum; nunc vero dicitis. Quia videmus Paecatum vestrum manet. Cegos

erão os farizeos, porque, vendo hum cego, a nativitate, então curado por Christo, aos seus milagres; e crendo que só, quem de Deos procedia, os podia fazer; os farizeos que se prezávão de Ter a vista aguda, tropessavão tantas vezes no mesmo objecto que se lhes propunha aos olhos. Nem Christo duvidou de que elles fossem cegos; antes, por muitas vezes, lhes deu este nome, só disse que, porque disserão que vião, peccarão. Hum cego que vai sem guia cahe, e não pecca, porque a sua cegueira o desculpa; e destes são os que materialmente peccão. Outro que vai com quem o encaminha, e que, por algum tempo, se affasta, pecca porque, vendo o perigo, cahio nelle, e se apartou de quem o guiava; e destes são os que formalmente peccão. Porém se hum cego diz que não necessita de que o encaminhem, que o deixem ir só porque bem vê, de sorte que despreza, e nunca quer admittir a quem o quer guiar; então o seu peccado que nem he de cego, nem de cegueira, mas de presumpção, he o maior de todos os peccados; e tanto maior que o mesmo Christo assim o explica quando ponderou o de Pilatos, e o dos farizeos: Qui me tibi tradidit maius paecatum habet: Naquela soberba palavra dos farizeos está decifrado o peccado da soberba, tal vez menos conhecido no mundo do que praticado. A soberba he huma cegueira que se tem por vista, hum delirio [26] que se pratica por discrição; hum engano que se abraça, por conhecimento; huma mentira que tiraniza a verdade; huma violencia que quebra a uniaõ; e huma força que se atreve a debelar a natureza. Assim como se pratica hum acto de humildade, com as palavras, contra os estímulos do discurso; assim com as palavras, se pratica outro de soberba contra as inspiraçoens da razaõ. O juizo dicta que hum homem he o mais sabio; e elle, por ser humilde, se publica pelo mais ignorante: o juizo inspira que outro he ignorante; mas elle quer que o respeitem por mais sabio; porque he soberbo: ambos conhecem a verdade, ambos a desdizem; mas este com desprezo, aquelle com agrado; hum dizendo-lhe, com ira, que mente; e outro, com docilidade, que se engana. Em fim: outros peccados derigem-se immediatamente ao amor do mundo, e este ao desprezo de Deos; porque nos outros, prezide a ambição de ter muito, como muitos tem; porque Deos deu a huns mais que a outros: no da soberba, prezide a presumpção de ser mais do que na realidade he, quando Deos fez a todos semelhantes (24-26).

Na *Terceira Visita* diagnostica-se a mentira, a falsidade e o engano. Chama-se à colação a retórica e a soffistica da verdade e da mentira.

Na *Quarta Visita* é a doença da maledicência que se observa na ponta da língua aguda e penetrante. Manifesta-se ainda nos insultos, nas injúrias e na inveja.

Na *Quinta Visita* o que ofende a língua é a murmuração, a detracção e todo o cortejo de agravos da inocência, resultantes da ignorância, da cegueira e da ambição.

Na *Sexta Visita* a atenção do médico é dedicada à moléstia da crítica:

He esta materia muito merecedora da reflexão prezente; porque ainda que, de sua natureza, não se encaminhe a gravamen das consciencias dos homens; ás vezes peccarão os animos contra a caridade; e pôde degenerar em satira o que comessa em critica. Com tudo; porque considero o prejuizo publico que se tem originado desta hypocrita emulação com que os discursos dizem que reformão a republica literaria; e no effeito, mais a confundem; rezolvome, antes que aplique o remedio, a expôr o juizo que faço deste achaque. He a critica uma especie de maledicencia honrada que se distingue da murmuração, pelo objecto a que se encaminha; pois de sua natureza se aplica a emendar [67] os abuzos em que se não deteriora a principal honra de quem os practica; e de quem deve evitalos, pela profissão de sabio, e não pela de catolico, ou ainda de politico; no que só a murmuração he detestavel por infamar com os seus motejos o mais estimavel credito dos homens, que todos se offendem na infamia de alguns, pela univoca denominação, e generico epitecto que lhes dá a Religião, e a civilidade. Como a critica se não dirige a dizer o mal que hum fez, e que todos devem evitar; não se escandalizão em comum, e só offende o réo que se castiga; ainda que dizem não pôde ter por offença a dor que lhe cauza a cura que lhe administram pirolas que revolvem os humores por mais que se dourem, e por mais que se revistão de asucar, sempre são conceitos de enforcado. Em fim; a critica dirige-se contra as obras que infama; a murmuração contra as pessoas que injurfa; e com este protesto a que chamão palavras tabaliôas, para descomporem os criticos aos homens brancos, tirão-lhe primeiro com manha a espada da sinta (66-67).

Na *Sétima Visita* corrigem-se as palavras e frases impróprias, “prolixas, e incoherentes”, (96) os “termos”, e as “palavras” “alheyas da recta deducção da lingua” (96).

É a parte mais especificamente linguística da obra. Apresenta uma lista com 3.800 entradas de palavras e frases que poderão ser merecedoras de uma observação normativa. Trata-se de formas “inconsideradamente” proferidas “por descuido, ou por imperícia”, nas “conversações ordinárias”, nas “comunicações políticas”, nas “praticas autorizadas”, nas “questões que se ventilam”, nas “conferências que se fazem”, nos “recados que se dão” (p. 95):

Entre as innumeraveis palavras, que a ignorancia tem introduzido, e em que a lingua tem degenerado, escreverei as que agora me lembrão, e as indignas frases de que o vulgo usa, infamando-as por indiscretas, por loucas, e por temerarias; ja porque não tem recta deducção da language; ja porque as instituio a ignorancia; ja porque não são atendidas pela prudencia; ja porque as [103] não recebeo a descripção; ja porque só se usão nos periodos descompostos; e ja porque só dellas se trata nas praticas deshonestas (102-103).

Se outras se queixarem, porque assim [104] se embaraça a utilidade puplica, impedindo-se os humildes termos que practição nos exercicios humildes; mostro-

me injustamente castigado, porque não me oponho ás muitas frases, e aos muitos vocabulos pertencentes aos empregos em seus particulares exercicios. Cada fabrica tem diversos modos, com que dos seus ingredientes se falla, e alli a necessidade engendrou os adverbios, os verbos, os nomes, e os adjectivos. Até deixo em seu vigor as ridiculas expressoens do campo, como desculpadas com a occupação da cultura das terras em faltarem á cultura da lingua: nem culpo as que andão particularmente usurpadas nas Provincias, nas povoaçoens, nos bairros, e nos destrictos, porque não he o mal dellas tão geral, e tão escandaloso como o das que servem de injuria á language, e de infamia á politica. em fim, a lingua ja não he minha escrava. Fará nisto o que quizer: mas por meu voto, se quizer não ter corbulhas, evite as palavras seguintes (103-104).

Na *Oitava Visita* trata-se da volubilidade da língua, dos juízos temerários, do falar sem advertência. O autor desenvolve um esboço de enciclopédia que promete publicar por ordem alfabética, para fundamentar e dar segurança e erudição ao uso da palavra. Seria um “remédio” destinado a melhorar a eficácia da língua,

hum compendio de todos os termos que o estylo, e necessidade introduzio por propria linguagem da filosofia, derigidos em ordem alfabetica, para que com facilidade se achem quando a occurencia da questão pedir; ou que se introduza, ou que se perceba a sua energia; explicando-se, ou deffinindo-se em as mais claras palavras a sua natureza, e não se desperdiçando o tempo em se questionar a oportunidade destas diffiniçoens, como os que estão armando a hum cavalleiro para a guerra, que, supposto se apliquem ao primor das vestiduras, ao contexto dos arnezes, ao pulido das amras; tudo isto là se despreza, e só o braço da espada, com o animo, tem serventia, assim como na milicia togada só a espada da razão, e o valor do entendimento, sem os enfeites da dialiectica, pôde triunfar em muitas batalhas, em as quaes tantas vezes temos visto ficar aos logicos prizioneiros dos que nunca tal arte virão, e naturalmente exercitão as poucas regras que para os argumentos são necessarias (194).

4. O uso da palavra constitui uma dos mais importantes actividades humanas que integram o seu comportamento relacional e onde particularmente se exercita a liberdade individual. Falar envolve constantes riscos de conflito e manifestações do desencontro das vontades. Por isso, o comportamento linguístico suscitou desde sempre uma inevitável formulação ou codificação moral que pode ser testemunhada pelos rituais da palavra e pela lição da memória escrita em geral. Nesta tradição se devem entender desde a remota Grécia, as virtudes do “aticismo” por um lado, e da “spartana” ou “laconica breuitas” por outro.

A Idade Média, que tem sido ultimamente tão apreciada como a civilização da oralidade, ou melhor, da cultura oral, elaborou um especioso cânone da liberdade e da inibição da palavra, com todo um enunciado moral definido nas listas dos

pecados. O capítulo septuagésimo do *Leal Conselheiro* de D. Duarte é expressamente dedicado aos “pecados da boca” e enumera trinta e sete transgressões do exercício da palavra, moralmente censuráveis. Os pecados da língua na Idade Média foram, há poucos anos, objecto de um importante trabalho académico que analisa a reflexão moral dos principais tratadistas e teólogos medievais e apresenta uma tentativa de estruturação semântica da moralidade do comportamento linguístico, na Idade Média⁵.

As Enfermidades da lingua constituem uma espécie de ponto culminante no longo e documentado percurso da moralidade do silêncio. Curiosamente, esta manifestação ocorre nos anos mais críticos do consulado do Marquês de Pombal. Altura em que começa justamente a desenvolver-se o discurso público em Portugal, ao mesmo tempo que se intensificam as estratégias do discurso vigiado.

Não conheço na história da língua portuguesa nenhuma reflexão sobre o que poderemos designar de discurso público. As comunidades mantêm uma intercomunicação global, um diálogo implícito que vai instituindo a consciência colectiva, onde se entrecem, antes de mais, os actos do poder, mas também as manifestações culturais, a informação emergente do quotidiano e as vicissitudes da existência. O aparecimento da tipografia deu ao texto escrito uma capacidade grandemente polarizadora desse diálogo implícito, e depois, o desenvolvimento da imprensa periódica acabaria praticamente por monopolizar essa intercomunicação colectiva, gerando o que começou a chamar-se opinião pública.

A reflexão e a discussão metalinguística tomaram parte importante neste discurso público português, logo desde o início do séc. XVI. Relembro a polémica entre os gramáticos Pedro Rombo e Estevão Cavaleiro; alguns aspectos da epistolografia dos Humanistas; a publicação de várias gramáticas latinas, todas referenciadas, umas em relação às outras; as duas gramáticas portuguesas; os dicionários de Jerónimo Cardoso; as ortografias e os diálogos sobre a defesa e ilustração da língua. Nos séculos XVII e XVIII, os despiques polémicos mais notórios que nos ficaram, com repercussão em texto publicado, situam-se também no âmbito do discurso metalinguístico. A reflexão linguística é um tema público pouco vigiado pelo poder e por isso ele pôde avultar, ao longo de séculos, até à liberdade de imprensa, e constituir uma das manifestações mais interessantes de palavra livre no discurso público português.

Em todo o caso, o Marquês de Pombal foi o primeiro governante que tornou explícita uma política da língua e que procurou vigiá-la e de algum modo estatizá-la. Sem dúvida, as *Infermidades* foram produzidas num circuito de discurso público fortemente vigiado. Daí terá resultado a insistência na moralidade do silêncio e a

⁵ Cf. Casagrande / Vecchio (1991).

diligente prevenção contra o abuso da palavra, especialmente das formas discursivas mais propícias à conflitualidade.

6. Concluindo, a obra de Manuel José de Paiva situa-se numa antiquíssima tradição em que coalescem a moralidade da língua, a exaltação do siêncio e ainda a teorização gramatical latina e pós-latina sobre a corrupção e a degradação dos idiomas, aproximando-se de algum modo das concepções naturalistas da segunda metade do século passado, protagonizadas, entre outros por Augusto Schleicher (1821-1868) que explicava e descrevia a língua como um organismo natural, com uma existência dramática de ascensão e queda, e sujeito às mesmas vicissitudes e patologias de um organismo vivo que obedece às leis da biologia e ao qual se pode aplicar a teoria evolucionista de Darwin.

Por outro lado, as *Infermidades* antecipam, de algum modo, o olhar da moderna sociolinguística e fornecem mesmo interessantes elementos para uma recuperação histórica dessa perspectiva da língua portuguesa.

Referências Bibliográficas

- Casagrande, C. / Vecchio, S. (1991): *Les Péchés de la Langue. Discipline et éthique de la parole dans la culture médiévale* (Paris: Ed. du Cerf).
- Verdelho, T. (1982): “Historiografia linguística e reforma do ensino. A propósito de três centenários: Manuel Álvares, Bento Pereira e Marquês de Pombal”, *Brigantia*, II, 4: 347-380.